

Portugal e os movimentos de cooperação e integração económica na Europa

Luís Figueira

A inserção de Portugal na União Europeia, como membro de pleno direito, é hoje considerada no nosso país como uma realidade natural. Assim pensarão praticamente todos os portugueses, tendo em conta a nossa situação geográfica, a nossa cultura e história e tudo o mais que nos identifica como europeus. Desconhece, no entanto, a grande maioria que a participação do nosso país no que é hoje a União Europeia é o ponto culminante de todo um enorme e complexo trajecto, percorrido ao longo de décadas num contexto que muitas vezes nos foi desfavorável e ingrato.

Do que foi esse nosso caminho já deram conta alguns daqueles que pessoalmente estiveram envolvidos em uma ou mais das muitas etapas em que o processo se desenvolveu. E há hoje, além disso, toda uma série de estudos sobre a participação de Portugal nos movimentos de cooperação e integração económica na Europa feitos por muitos dos mais qualificados professores, economistas e investigadores, estudos esses que se têm debruçado especialmente sobre as fases mais recentes de tais movimentos. As linhas que se seguem não terão, assim, nada de novo. Apenas poderão dar conta de um ou outro aspecto menos conhecido, escritas que foram por quem participou «por dentro» na fase inicial das nossas relações com as então chamadas Comunidades Europeias e, depois, nos últimos anos das negociações que culminaram, em 12 de Junho de 1985, na assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia e à Comunidade Europeia da Energia Atómica.

Este breve depoimento integra-se num conjunto de trabalhos que o Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais entendeu por bem levar a cabo em homenagem ao Embaixador José Calvet de Magalhães, que foi precisamente uma das personalidades mais marcantes no muito pequeno grupo daqueles que, logo por ocasião dos primeiros passos dos esforços de cooperação económica na Europa, arrasada pela Guerra Mundial, souberam avaliar o alcance das iniciativas então lançadas na cena internacional dos dois lados do Atlântico. Trabalhei durante anos com o Embaixador Calvet de Magalhães e tive ocasião de com ele partilhar vários períodos de intensa actividade diplomática no nosso caminho para as Comunidades Europeias, com tudo quanto isso implicou de apego ao estudo e contactos internacionais aos mais diversos níveis, em que tantas vezes deparámos com o que se nos apresentava quase como um muro intransponível. Guardo desses tempos uma memória bem viva. E é com o maior respeito para com o Embaixador Calvet de Magalhães que me atrevo a escrever estas linhas, que mais não são, afinal, do que uma recordação de tantas preocupações e esforços em que ambos participámos.

É geralmente conhecido que vêm já do conturbado período que se viveu entre as guerras de 1914/1918 e de 1939/1945 iniciativas diversas no sentido de encontrar um sistema de relações que pusesse termo ao clima de luta quase permanente para o domínio da Europa.

Surgem-nos, assim, entre vários outros, os planos, um tanto vagos e afinal ingénuos, apresentados pelo Conde de Coudenhove-Kalergi e depois pelo movimento «Ordre Nouveau» de Raymond Aron e Denis de Rougemont. Todas essas iniciativas visavam alcançar, de uma ou outra forma, uma união de cunho essencialmente político entre os Estados europeus. Os condicionalismos de então não eram, porém,

propícios ao sucesso de tais iniciativas, que acabaram por ser sucessivamente relegadas para um plano de pouquíssimo relevo.

Só a última Guerra Mundial, com a destruição quase total que provocou na Europa, veio permitir ou, mais propriamente, exigir, o lançamento de ideias novas e, afinal, verdadeiramente providenciais para a própria salvação do continente.

Saídos da guerra numa situação privilegiada, os Estados Unidos cedo vieram a revelar sem tibieza ou medo de rivalidades políticas a necessidade imperiosa de reconstruir a Europa. A Alemanha estava praticamente arrasada de ponta a ponta e, com ela, boa parte dos países onde se haviam desenrolado quase seis anos de guerra. A própria Inglaterra, uma das potências vencedoras e que arrastara consigo a força e o peso que praticamente a haviam posto à cabeça do mundo nos últimos 100 anos, estava exangue.

Neste quadro de destruição e miséria quase totais deparava-se, a leste, com a permanência da força militar da União Soviética, a quem Roosevelt oferecera em alta o domínio de praticamente meia Europa. É certo que em Washington estava agora no poder H. Truman, figura a que a história virá um dia a prestar toda a devida vénia, pois que, se Roosevelt não tivesse morrido antes do fim da Guerra, tendo-lhe sucedido Truman, que a si agregou uma plêiade de políticos de envergadura excepcional, diferente, muito diferente, teria sido a sorte da Europa, se é que, em tal hipótese, tivesse mesmo continuado a existir Europa, no sentido histórico, político e cultural que todos damos ao nosso continente.

Truman cedo percebeu os objectivos de Estaline e viu logo claramente que o estado da calamidade económica em que quase toda a Europa se encontrava era um campo propício ao desenvolvimento das ideias comunistas. Havia as ideias e havia, no plano das realidades práticas, a existência das forças armadas russas, que estavam longe de estar desmobilizadas e que Truman viu ser essencial deter. Para isso, no entanto, era necessário, antes de tudo o mais, pôr ordem na Europa. E, no contexto de então, havia que começar desde logo a reconstrução da economia europeia.

Surge, assim, hoje sem surpresa para quem estudou a história da época, o famoso discurso do Secretário de Estado George Marshall de 5 de Junho de 1947, no qual anunciou a disposição de Washington de pôr à disposição da Europa destruída o auxílio dos Estados Unidos, através de um plano de reconstrução económica para cujo sucesso pôs como condição que os Estados europeus entre si se entendessem de forma clara e precisa. Pode dizer-se que hoje já não se contesta ter sido esse discurso do General Marshall o verdadeiro começo da política de cooperação económica na Europa moderna, em tudo o que ela veio a traduzir-se com o desenrolar dos anos.

Destruídos e numa situação de extrema pobreza, souberam os Governos europeus tirar do Plano Marshall tudo quanto ele, afinal, implicava: a reconstrução e a salvação da Europa. Se o Plano Marshall foi, da parte dos americanos, uma iniciativa de excepcional alcance, seguramente uma das de maior visão na história contemporânea do Mundo, certo é também que a ela corresponderam os povos europeus, dando tudo quanto de melhor deles se poderia ter esperado.

A Europa foi renascendo. Fundou-se a OEEC e nela se foram os Estados da Europa não dominada pela União Soviética habituando a uma convivência na acção de reconstrução económica que não tem paralelo na história moderna. Estava-se, finalmente, num clima novo entre velhos e tradicionais rivais. E assim nasceu o primeiro esboço do que viria a ser a Europa do futuro.

A experiência do Plano Marshall, de tão positiva que foi, deu naturalmente aso a novas iniciativas. Com ela se havia visto que parecia mais fácil chegar pela via económica do que eventualmente o seria pela via puramente política à união dos povos europeus. E assim se criou a CECA. E que essa via económica era a mais adequada na época, logo se confirmou quando, depois de enormes esforços, a França veio a recusar a ratificação do Tratado que instituiu a Comunidade Europeia de Defesa.

Atravessou-se, então, nas chancelarias dos vários países europeus do ocidente uma crise de confiança que poderia ter posto em causa muito do que até então se havia alcançado. Risco este, aliás, agravado pela ameaça cada vez mais forte e agressiva de uma União Soviética que nunca desarmara os seus exércitos e que nos países de leste implantara já Governos e partidos inteiramente submetidos a Moscovo. Certo é que veio entretanto a ser constituída a NATO. Mas se com esta se poderia contar no plano militar, com o enorme peso das forças norte-americanas, menos certo não é que a Europa continuava, não obstante o enorme volume da ajuda recebida de Washington, a estar longe ainda do clima de estabilidade necessário para a sua completa recuperação.

E foi com a sucessão de frequentes situações de crise que no nosso continente se veio, enfim, a compreender que só através de esforços comuns entre todos se poderia abrir, com o auxílio americano, o caminho que permitisse a manutenção da sua própria subsistência numa Europa livre. Chegara, na verdade, ao fim, com as condições em que terminou a Guerra Mundial, uma longuíssima era em que, não obstante as constantes lutas entre os grandes, fora a Europa que determinara as grandes linhas dos destinos do mundo. Havia agora que ensaiar caminhos novos, num mundo bipolar em que Londres, Berlim, Paris, Roma, deixaram de ser o que durante séculos haviam sido.

E houve então a felicidade de aparecerem na Europa homens da craveira de Jean Monnet, Robert Schumann, Konrad Adenauer, Alcide De Gasperi, Paul Henri Spaak. Com eles se veio a desenvolver toda uma série de novas iniciativas que mudariam enfim profundamente a situação resultante da Guerra.

Reconhecendo a impossibilidade de se poder chegar então desde logo a uma união política no continente, vieram à cena iniciativas várias de cooperação e, até, integração económica. Tendo em conta o que já se alcançara no âmbito da CECA, procurou-se ir mais longe, agora através do estabelecimento de um Mercado Comum europeu, que integrasse de modo progressivo mas seguro e eficaz as economias dos países intervenientes no processo. A Inglaterra, convidada a fazer parte do grupo dos seis iniciais da CECA, entendeu não dever participar no esquema que se tinha em vista. Não terá sido isso grande surpresa, tradicional que sempre fora um certo afastamento da Grã-Bretanha face aos projectos essencialmente continentais. E talvez se possa até dizer hoje, atenta a forma como os acontecimentos vieram a evoluir, que tal afastamento terá eventualmente permitido um aprofundamento de integração entre os seis países que vieram a constituir a CEE que, com a presença da Inglaterra desde o início, não teria chegado tão longe como logo se começou a verificar. Os tempos eram então bem diferentes dos de hoje.

Estamos, assim, em 1955. A ideia de uma Europa unida ganhara força e, com grandes figuras políticas à cabeça do movimento, fez-se a Conferência de Messina, continuando-se depois o processo com longas negociações em Bruxelas até que, em 25 de Março de 1957, se assinou o Tratado de Roma, que criou a Comunidade Económica Europeia e a Comunidade Europeia de Energia Atómica. Tornava-se realidade o que antes não teria sido mais do que um sonho; esperava-se, pelo menos, que as perspectivas de integração económica pudessem, com o tempo e nos termos do Tratado de Roma, conduzir a algo de novo na cena mundial.

Como se sabe, assim tem vindo a acontecer. Há, por isso, que reconhecer a visão política que animou os criadores da Comunidade Económica Europeia e, paralelamente, da Comunidade Europeia de Energia Atómica, praticamente os mesmos que anos antes haviam promovido a constituição da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.

A Inglaterra, que não acreditara plenamente na viabilidade do projecto das Comunidades dos seis ou que, pelo menos, não terá visto em todos os aspectos, não obstante o tradicional pragmatismo britânico, as reais potencialidades de concretização que tal projecto trazia consigo, procurou então, quando se aproximavam já a curto prazo as primeiras reduções pautais nas trocas entre os seis da CEE, lançar a ideia de uma grande Zona Europeia de Comércio Livre.

Foram, assim, iniciados os trabalhos da chamada vulgarmente Zona Maudling que, naturalmente, vieram a falhar pela inevitável oposição da França, após difícilimas e demoradas negociações.

E entra-se então, fundamentalmente por iniciativa de Londres, na preparação de uma pequena Zona de Comércio Livre, que deveria conduzir na Europa à existência de um panorama com os então chamados 6+6. Portugal consegue, em circunstâncias espantosas, quase inacreditáveis, juntar-se à negociação da nova Zona. Daí veio a resultar a Convenção de Estocolmo e, com ela, a criação da EFTA.

Se o Mercado Comum se vinha revelando, com o passar dos anos, um verdadeiro sucesso, o mesmo se poderá dizer, embora num plano obviamente mais modesto – porque mais modestos eram os seus objectivos –, da existência e da experiência da EFTA, que lograra estabelecer um clima de intensa cooperação económica entre 6 dos mais desenvolvidos Estados europeus, mais Portugal, que conseguiu, além da entrada no grupo, obter nas negociações um regime excepcionalmente favorável. Não estávamos, afinal, tão sós como hoje comumente se diz.

O sucesso da EFTA levou, naturalmente, ao seu próprio esbatimento, obtida que foi, após etapas várias de todos conhecidas, a adesão à CEE da Inglaterra, da Dinamarca e da Irlanda, depois da Grécia, a seguir de Portugal e da Espanha e, finalmente, da Suécia, da Áustria e Finlândia.

E estamos agora perante a hipótese de à União Europeia se virem a juntar, num processo que virá certamente a mostrar-se erizado das maiores dificuldades, a quase totalidade daquilo a que no conjunto chamamos os Países de Leste. Se quanto a alguns deles – casos da República Checa, da Hungria, da Eslovénia e, embora já com dificuldades económicas sérias, da Polónia – a adesão à União parece viável a prazo não muito afastado, já para os restantes países do Leste o processo não será de modo nenhum fácil, mesmo que se entre em linha de conta com o empenho político de todos agregar. O futuro o dirá.

Feita esta descrição, em traços largos, dos esforços e das iniciativas que na Europa do pós-guerra tiveram lugar em matéria de cooperação e integração económica, terá interesse descrever as posições que Portugal em relação a eles foi tomando. E entramos, ao fazê-lo num quadro que se reveste de aspectos extremamente complexos, por vezes até aparentemente contraditórios.

Diz-se geralmente, e é verdade, que em Portugal não se acreditava muito no êxito eventual de qualquer processo de verdadeira cooperação económica e menos ainda em tentativas de integração entre os países da Europa Ocidental. Essa era a posição do Governo, que não deu, na altura, qualquer mostra de interesse em se envolver nos esquemas que se iam tentando estabelecer. Mas, será também de notar que o desinteresse perante o que então se estava a passar na cena europeia não se limitava aos círculos do Governo. De um modo geral, a opinião pública portuguesa preocupava-se essencialmente com os

problemas internos e os próprios meios da oposição, então muito activos, não dedicavam aos planos de reconstrução da Europa atenção digna de nota. A explicação para todo este alheamento da evolução em curso no nosso continente estará, por um lado, na nossa situação de país periférico e, por outro, na existência de uma mentalidade específica e de algum modo própria do Portugal de então, fortemente marcada pelo facto de não termos estado envolvidos na Guerra.

Assim se poderá explicar o distanciamento que revelámos quando da apresentação do Plano Marshall, de cujo primeiro exercício ostensivamente mostrámos não querer beneficiar. Já, porém, dele viemos a receber fundos no segundo exercício, fundos esses que tiveram grande utilidade.

Começa, assim, a verificar-se algo de muito curioso na posição oficial de Portugal, marcada de início por uma certa ambiguidade mas talvez, no fundo, reveladora de algumas cautelas políticas. Na verdade, a nossa participação nas reuniões em que, em Paris, se começou a discutir a distribuição dos fundos do Plano Marshall foi assegurada por Ruy Teixeira Guerra, então primeiro secretário na nossa Legação em Paris, que para elas foi designado sem que lhe tivessem sido dadas quaisquer instruções ou orientação quanto à atitude a tomar. E os fundos que viemos posteriormente a receber no âmbito do Plano resultaram só da iniciativa de Ruy Guerra que, vendo as vantagens que o Plano nos traria, não hesitou em tirar partido, para nosso benefício, do ambiente de prestígio que soubera criar à sua volta.

E tal situação de curiosa ambiguidade continuou a manifestar-se nas circunstâncias em que viemos a participar em outras reuniões que tiveram lugar no seguimento do sucesso do Plano Marshall, nas quais os nossos representantes por vezes actuavam como que a título meramente pessoal.

Daqui se poderá tirar uma conclusão, talvez não muito clara mas, em todo o caso, verídica: «oficialmente» desinteressados e claramente cépticos perante a série das primeiras reuniões em que se traduziu, de 1947 em diante, o movimento de cooperação económica na Europa, não deixámos nunca de nelas estar presentes, intervindo por vezes até activamente nos caminhos que se iam traçando. Salazar, que não escondia não acreditar minimamente no sucesso dos movimentos europeus, estava obviamente ao corrente do que se ia passando nas reuniões, formais ou informais, em que sempre estivemos representados por funcionários diplomáticos. Mas a verdade é que, pela sua ausência de reacção ao que nessas reuniões se ia discutindo e decidindo e, em fases mais avançadas dos movimentos europeus, delas não se afastando formalmente, veio a permitir uma continuidade de presença portuguesa que levou, anos mais tarde, a termos conseguido entrar na EFTA como membro de pleno direito.

Foi-se, efectivamente, mais longe até do que se poderia ter pensado. Mas voltemos então um pouco atrás. Em 1948, no seguimento da experiência positiva da negociação Marshall, é criada a OEEC, organização intergovernamental em que, como qualquer outro país membro, sempre dispusemos do direito de veto.

Fomos, depois, participantes activos nas negociações da Zona Maudling, no âmbito das quais Portugal apareceu já representado, quando de reuniões a nível ministerial, por um membro do Governo, José Gonçalo Corrêa de Oliveira, que veio a criar junto dos seus colegas estrangeiros um clima de grande respeito. Estava já então ultrapassada, de algum modo, a tal curiosa ambiguidade que de princípio terá caracterizado a nossa participação nos movimentos europeus.

Quando as negociações da Zona Maudling se goraram e surgiu a iniciativa britânica de, perante a existência já efectiva da CEE, criar uma pequena zona de comércio livre dos restantes seis países desenvolvidos (Inglaterra, Suíça, Áustria, Suécia, Dinamarca e Noruega), da qual era intenção excluir-nos

dado o nosso atraso económico, viemos afinal a participar nas reuniões mais ou menos secretas ou informais que então tiveram lugar (de cuja realização nem sequer, aliás, nos fora dado conhecimento) em resultado da acção conjugada dos Embaixadores Calvet de Magalhães, então nosso Representante Permanente na OECE, e Ruy Teixeira Guerra, director geral dos Negócios Económicos do MNE. Numa situação que evoluía constantemente e na qual os países interessados eram, todos eles, claramente mais desenvolvidos que Portugal, foi-nos possível, mercê de uma acção diplomática extremamente atenta e eficiente, baseada apenas no prestígio pessoal que os nossos dois «tradicionais» representantes haviam sabido granjear, não ficar de fora num processo que se antevia importante.

É que foi destas reuniões que veio, sem demora, a resultar o processo de negociação que conduziu à criação da EFTA. Constituída a EFTA, nela participámos activamente desde a primeira hora. País relativamente atrasado num grupo constituído por Estados altamente desenvolvidos e prósperos, soubemos tirar partido das condições excepcionais que nos haviam sido concedidas no Anexo G da Convenção de Estocolmo. A nossa economia registou então um surto de progresso notável e alargou o clima de abertura que vinha já dos primeiros tempos da OECE. Mas mais, talvez, do que o próprio progresso económico a experiência na EFTA veio a dar-nos a visão do que era o novo panorama da economia no mundo. Fomos, assim, ajustando o nosso modo de acção na cena europeia às regras que constantemente iam surgindo, sobretudo no campo da liberalização das trocas. Sem a experiência que adquirimos na EFTA não nos teria mais tarde vindo a ser possível encarar com um mínimo de hipóteses de sucesso a nossa aproximação às Comunidades Europeias.

Ora, tal aproximação pouco tempo demorou a revelar-se como extremamente necessária, numa Europa Ocidental dividida em dois grupos separados. Foi, na verdade, sem surpresa que a Inglaterra, logo seguida pela Dinamarca, pela Noruega e pela Irlanda, apresentou no fim do Verão de 1961 o seu pedido de adesão às Comunidades. Os neutros da EFTA solicitaram também a abertura de negociações, embora obviamente não visassem nessa altura a adesão às Comunidades.

Portugal fez então a sua opção de fundo. Consciente, embora, das dificuldades a que teria que fazer frente, entregou o Governo português, em Maio de 1962, ao Conselho das Comunidades uma carta na qual solicitava a abertura de negociações visando estabelecer com estas um Acordo. Na sua carta foi o Governo extremamente cauteloso, não fazendo, nomeadamente referência ao regime de «associação» previsto no artigo 238º do Tratado de Roma. Não podíamos, aliás, na altura encarar com precisão a forma de que se viriam eventualmente a revestir as relações que então declarámos querer estabelecer com as Comunidades. Adoptámos, no nosso pedido, termos que viessem a permitir a flexibilidade nas negociações. O pedido foi entregue e, tal como sucedera aos outros candidatos, não teve resposta imediata. Mas ficou marcada a nossa posição, no fundo uma candidatura que viria a ser, se levada a bom termo, algo cujos limites nenhuma das partes podia na altura prever com toda a precisão.

Haviam entretanto começado as negociações entre as Comunidades e a Inglaterra, que estavam ainda praticamente numa fase de pouco mais que início, quando, em Janeiro de 1963, surgiu o famoso veto do General De Gaulle, que lhes pôs termo. Parou, assim, o processo da Inglaterra, como pararam os de todos os restantes países membros da EFTA. Marcada para 11 de Fevereiro de 1963, não chegou portanto a ter lugar a primeira reunião com Portugal. E nova crise se seguiu, num clima pouco sereno, em que em nenhum dos lados se via com clareza qual seria o desfecho. Continuavam, pois, a coexistir, frente a frente, as Comunidades e a EFTA.

A Inglaterra insiste no seu pedido de negociações em 1967 e acaba por deparar na prática com nova negativa. Finalmente, após a demissão de General De Gaulle, teve lugar a abertura de negociações com a Inglaterra e com os restantes candidatos à adesão, culminando o processo em 1972 com a adesão de todos eles.

Entretanto, Portugal e os países neutrais membros da EFTA haviam solicitado às Comunidades a abertura de negociações para a conclusão de acordos de comércio livre. Para a preparação de tais negociações, foi então criada em Portugal, num clima de intensidade de trabalho e estudo profundíssimo da realidade nacional, que a todos os intervenientes absorveu e até entusiasmou, uma estrutura sólida e inteiramente independente na sua orientação. Refiro-me à Comissão de Estudos sobre a Integração Económica Europeia, constituída em Março de 1970 no âmbito da Presidência do Conselho, da qual fizeram parte peritos e altos funcionários de grande experiência e elevada competência técnica. Fez a Comissão, em longas e inteiramente francas e vivas reuniões, uma apreciação desassomburada e isenta da situação económica do nosso país. O trabalho da Comissão foi consubstanciado num Relatório detalhado e independente, do qual constavam as conclusões a que a Comissão chegou. Pela sua qualidade e isenção ficou o Relatório a constituir um dos estudos de maior relevo que algum dia se fizeram entre nós sobre a situação da economia portuguesa e as perspectivas que se nos deparavam.

Os trabalhos da Comissão foram a base em que assentaram as longas e complexas negociações em que entrámos em Bruxelas, num processo cheio de altos e baixos, concluído de forma tão positiva quanto as circunstâncias da posição política de Portugal no mundo de então permitiram. O Acordo, assinado em 22 de Julho de 1972, foi mais um passo fundamental na caminhada que o nosso país havia já iniciado há anos, tantas vezes com as maiores dificuldades e sempre com o handicap que o atraso da nossa economia nos trazia ao tratarmos com Estados de um grau de desenvolvimento imensamente superior.

Têm então lugar em Portugal os acontecimentos de Abril de 1974 e com eles renasce, agora em termos políticos completamente diferentes, o nosso «sonho europeu». Passados os meses mais críticos do processo revolucionário, foi possível celebrar com Bruxelas, em Setembro de 1976, um Protocolo Adicional ao Acordo de 1972, bem como um Protocolo Financeiro. As relações entre ambas as partes intensificam-se, tendo finalmente sido entregue ao Conselho das Comunidades, em 28 de Março de 1977, o nosso pedido formal de adesão, nos termos do artigo 237º do Tratado de Roma.

As negociações, formalmente iniciadas em 17 de Outubro de 1978, vieram a ser concluídas em 12 de Junho de 1985. Bastará atentar neste longuíssimo período para se ter ideia das dificuldades que foi necessário ultrapassar. Num ambiente internacional politicamente favorável ao pedido português, em que pela nossa parte tudo foi feito, tanto no plano político e diplomático como na clara e correcta exposição e justificação das nossas pretensões, nem por isso deixámos de deparar com constantes adiamentos e dificuldades levantadas do lado das Comunidades. Estávamos, é certo, a negociar ao mesmo tempo que a Espanha, o que evidentemente nos criou problemas que noutra contexto talvez não tivessem surgido. Mas, vistas hoje, a já anos e anos de distância, não hesitarei em dizer que se tratou seguramente das mais complexas negociações a que o nosso país algum dia fez face.

Como breve nota meramente secundária, lembrarei apenas o que na minha experiência como Chefe da Missão Permanente de Portugal junto das Comunidades Europeias, entre Setembro de 1983 e Novembro de 1985 (período que abrangeu, portanto, o último ano e meio das negociações), tive repetidas vezes ocasião de enfrentar. As declarações de apoio político ao nosso país eram, em praticamente todas as capitais, reiteradas com grande ênfase. Mas a realidade que vivíamos em Bruxelas, em contacto diário

com as várias instâncias comunitárias envolvidas, revelava muitas vezes da parte destas, quando se chegava à mesa da negociação técnica deste ou daquele capítulo mais importante para nós, falta de vontade de concretização prática das soluções que politicamente nos vinham sendo prometidas.

Neste contexto, é minha convicção – e digo-o sabendo não ser entre nós esse o entendimento mais comum – que a Comissão das Comunidades, à qual pertencia o Comissário Lorenzo Natali, que era o responsável pelas negociações com Portugal, não nos acompanhou muitas vezes como era normal e apropriado que o tivesse feito. Foi, efectivamente, muitas vezes necessário insistirmos junto dos Governos dos países membros para conseguir levar a Comissão a ser menos intransigente do que frequentemente vinha sendo (em contraste, aliás, com o que sabíamos ser a sua posição quanto à Espanha). Foram, na verdade, particularmente duros os últimos anos das negociações.

Mas não queria terminar este meu reparo sem referir o papel capital, esse sim, positivo para nós, que o Presidente Jacques Delors desempenhou na maratona final de Março de 1985. Ele, que naturalmente vinha acompanhando as negociações sem nelas pessoalmente intervir, teve quando da maratona final um papel para nós fundamental, impondo soluções que, sem ele, não teríamos seguramente conseguido obter.

Chegou-se, enfim, a um Acordo. Não teremos alcançado, como aliás acontece em toda e qualquer negociação, tudo quanto desejávamos, mas criaram-se condições para o nosso desenvolvimento, num quadro que nunca anteriormente nos tinha sido proporcionado. Para além daquilo que, no plano político europeu, significou para nós o acesso como membro de pleno direito às Comunidades – hoje União Europeia – temos que reconhecer que com a nossa adesão nos foram abertas enormes perspectivas de desenvolvimento. Mas não poderemos nunca esquecer que a participação na União é, afinal, ela própria uma permanente negociação, à mesa das reuniões que a diversos níveis todos os dias têm lugar. Não falta, aliás, quem, conhecendo bem o que é a vida da União Europeia, diga que a negociação mais difícil não terá sido talvez a que conduziu à adesão. É que, para um país relativamente pequeno como o nosso, as dificuldades surgem todos os dias, sem que possamos de modo nenhum dar-nos ao luxo de deixar passar, sem toda a luta que esteja ao nosso alcance, uma ou outra solução para nós menos conveniente. Ora isso requer uma estrutura de retaguarda a funcionar com plena eficácia e rapidez nos variadíssimos sectores de actividade que a vida da União abarca.

Conseguimos, até hoje, resultados notáveis com a nossa participação. Impõe-se agora, numa época em que o clima da economia comunitária sofre as consequências de um abrandamento à escala mundial, não permitir um minuto de descanso nos nossos esforços, afigurando-se-me ter chegado a hora de procurar imprimir à nossa vida na União o salto qualitativo de que necessitamos para entrarmos em melhor posição no mundo novo que se antevê nos factos marcantes da recente evolução económica e tecnológica mundial.